

GESTÃO AMBIENTAL

AUDITORIA OPERACIONAL DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

A bacia hidrográfica do rio São Francisco tem grande importância para o País não apenas pelo volume de água transportado em uma região semiárida, mas, também, pelo potencial hídrico passível de aproveitamento, além de sua contribuição histórica e econômica para a região.

O rio São Francisco tem 2.700 km de extensão e sua bacia possui 504 municípios ribeirinhos (cerca de 9% do total de municípios do País) e abrange sete unidades da Federação, conforme pode ser visualizado no mapa abaixo.

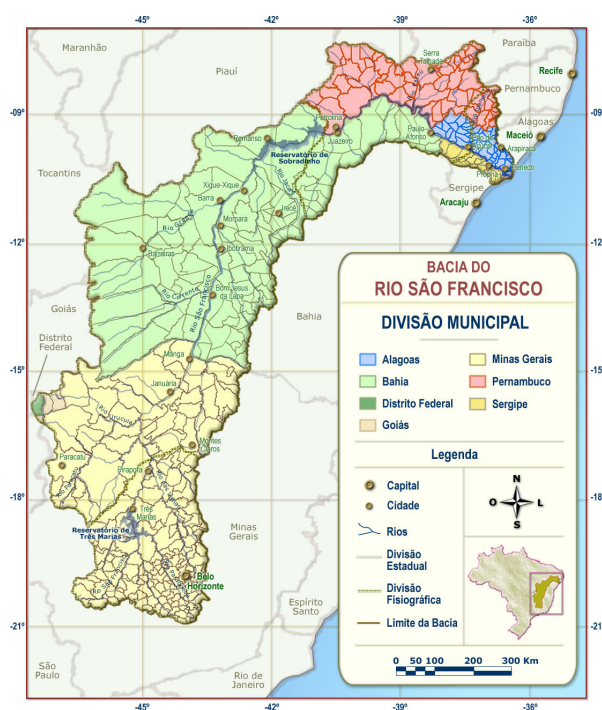


Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

A partir do embate político e social em torno do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (transposição do rio), o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) ganhou importância como compensação aos estados doadores de água. Concebido

em 1997, foi instituído em 2001, e está inserido no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental (PRBH). Apesar das polêmicas entre estados doadores e receptores, é consenso que o grande desafio é conciliar a revitalização do rio com a sua transposição.

O PRSF consiste na recuperação, conservação e preservação ambiental por meio da implementação de ações integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais da bacia do rio São Francisco, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água para usos múltiplos. As ações mais relevantes versam sobre coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento público de água e controle de processos erosivos.

Especificamente em relação aos processos erosivos, sua ocorrência pode provocar: a) o assoreamento dos rios, acarretando redução da navegabilidade e enchentes, fruto da elevação de seus leitos; b) a poluição de mananciais; e c) a degradação do solo com consequente diminuição de produtividade devido à perda de nutrientes e matéria orgânica.

O PRSF é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), em uma ação integrada envolvendo diversos órgãos do Governo Federal como o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Cultura e outros ministérios parceiros.

OBJETIVO

Avaliar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com foco nas ações de recuperação e controle de processos erosivos.

CONSTATAÇÕES

I. No PRSF, destinação baixa de recursos para a área de recuperação e controle de processos erosivos, comparativamente ao aplicado no segmento das obras de saneamento.

II. Dispersão das atividades reparadoras, que são insuficientes para reverter o quadro de degradação da Bacia do São Francisco, pondo-se em risco os recursos hídricos devido ao assoreamento dos rios e ao comprometimento dos mananciais.

III. Intensificação do ritmo de deterioração do solo, em razão da insuficiência de fiscalização, da ausência de alternativa econômica para os pequenos proprietários obrigados a preservar margens, nascentes e encostas, e da carência de projetos adequados para a recuperação e controle de processos erosivos.

IV. Fragilidades na sustentabilidade das ações de recuperação das áreas degradadas, observando-se falta de planejamento de médio e longo prazo por parte de órgãos responsáveis pelos projetos implantados e registrando-se também baixa participação das comunidades envolvidas, em função, sobretudo, de deficiências nos processos de educação ambiental e de extensão rural.

V. Carência de indicadores claros e objetivos no PRSF, não dispondo os órgãos executores de informações a respeito dos impactos das atividades de recuperação e controle dos processos erosivos na Bacia.

VI. Baixa articulação interinstitucional e intergovernamental, não havendo uma efetiva coordenação do PRSF, já que as estruturas de coordenação criadas desde o lançamento do Programa, em 2001, não foram adiante e as ações carecem de orientação centralizada para nortear os diversos envolvidos em sua execução.

DELIBERAÇÕES

Recomendações

MMA

I. Priorizar a instalação do Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

II. Promover e apoiar ações integradas de fiscalização ambiental na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF).

III. Incluir nos projetos de revitalização, executados no PRSF, mecanismos capazes de prover alternativas econômicas que garantam a sobrevivência de pequenos produtores obrigados por lei a recuperar e preservar margens, nascentes e encostas.

IV. Elaborar, implantar e acompanhar indicadores que sejam capazes de medir a efetividade das ações voltadas à recuperação e ao controle de processos erosivos no PRSF.

MMA e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf)

V. Garantir a continuidade dos recursos destinados à manutenção dos Centros de Referência e Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs), em face de sua importância para a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas de revitalização apropriadas aos biomas da BHSF.

Codevasf

VI. Assumir a elaboração e execução de projetos capazes de promover soluções efetivas para toda uma região, como, por exemplo, uma sub-bacia inteira.

VII. Incluir nas ações de recuperação e controle de processos erosivos iniciativas concomitantes de sensibilização ambiental, tanto nas escolas quanto nas propriedades rurais.

VIII. Identificar fontes de recursos destinados à manutenção das ações de recuperação e controle de processos erosivos por prazo adequado ao tempo de maturação de cada projeto.

Este processo foi monitorado por meio dos TCs: 014.154/2015-3 e 025.708/2016-3

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 1.457/2012 – TCU – Plenário

Data da sessão: 13/06/2012

Relator: Ministro Aroldo Cedraz

TC: 026.570/2011-4

Unidade Técnica Responsável:

SecexAgroAmbiental